

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125.307 - RS (2020/0072280-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : JULIA ESCOBAR DA SILVA
RECORRENTE : VITOR ALESSANDRO DA ROSA GARCIA
ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **JULIA ESCOBAR DA SILVA** e **VITOR ALESSANDRO DA ROSA GARCIA**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, cuja ementa registra:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. CONVERSÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE EMPREVENTIVA. RISCO CONCRETO À ORDEM PÚBLICA. Cuidando-se o tráfico de drogas de crime grave, a repercussão social dele decorrente, quer no âmbito da saúde pública, quer na esfera da criminalidade – potencializada pelo uso e pelo comércio de substâncias entorpecentes – está a evidenciar concreto risco à ordem pública a tornar necessária a prisão preventiva e obstar a aplicação das medidas cautelares a que alude o art. 319 do Código de Processo Penal, sobretudo se a paciente ostenta condenação anterior e definitiva pela prática de furto qualificado tentado. Segregação cautelar devidamente fundamentada, fundada nas circunstâncias em que se deu a prisão, restando apreendida vultosa quantidade de droga de especial nocividade (cento e dez porções de cocaína), além de droga diversa (maconha) e balança de precisão, em poder dos pacientes, abordados, em razão de diligência policial decorrente de denúncia apontando que a paciente introduziria drogas em estabelecimento prisional, resulta reforçada a necessidade da prisão, sem o que não estará resguardada a ordem pública. ORDEM DENEGADA, POR MAIORIA

Nesta Corte, os recorrentes alegam, em síntese, que a decisão que decretou as suas prisões preventivas está ausente de fundamentação idônea porque baseada na gravidade do delito de tráfico de drogas.

Alegam, ainda, que "a quantidade de droga supostamente apreendida não é suficiente para fins de aferição de perigo de liberdade – 51,3g de maconha; 19,7g de cocaína; e 11,7g de maconha.", bem como que "não houve a apreensão de qualquer armamento" (e-STJ, fl.79).

Asseveram que o recorrente Vitor é primário e a recorrente Júlia possui apenas uma condenação por tentativa de furto qualificado transitada em julgado em 04/11/2008, não havendo falar em reincidência na hipótese.

Superior Tribunal de Justiça

Requerem, ao final, a concessão de liberdade provisória.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em recurso ordinário em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uruguaiana-RS, a serem prestadas por malote digital, preferencialmente.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator